

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF

CENTRO DE CIÊNCIA DO HOMEM – CCH

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DAVI ATHAYDES LEITE

**CONSUMO DE INFORMAÇÃO E APOIO À DEMOCRACIA NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO EM 2022**

Campos dos Goytacazes

2025

DAVI ATHAYDES LEITE

**CONSUMO DE INFORMAÇÃO E APOIO À DEMOCRACIA NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DAS DIFERENÇAS DE GÊNERO EM 2022**

Monografia apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito parcial para a elaboração da Monografia de Conclusão do Curso de Administração Pública.

Aprovada em: 03/12/2025

Campos dos Goytacazes

2025

BANCA EXAMINADORA

Handwritten signature in blue ink, reading "VITOR DE MORAES PEIXOTO".

Prof. Vitor de Moraes Peixoto (UENF)

Orientador

Handwritten signature in blue ink, reading "Larissa Martins Marques".

Ma. Larissa Martins Marques (UNB)

Handwritten signature in black ink, reading "Hugo Borsani".

Prof. Hugo Alberto Borsani Cardozo (UENF)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Gisele e Ricardo, por terem me proporcionado as melhores condições para que eu pudesse trilhar o caminho dos estudos. Certamente, não seria capaz de atingir o êxito ao qual me proponho sem o respaldo deles.

Também gostaria de reservar agradecimentos aos meus parceiros de trabalho no Núcleo de Estudos em Representação e Democracia. Kaio Barbara e Bruna Gomes me privilegiam com uma grande parceria, sem falar da amizade que pretendo levar por muitos anos à frente. Um agradecimento especial vai para meu professor orientador, Vitor Peixoto, que me ensinou os pilares de um bom discernimento nos trabalhos científicos, além de inúmeros conselhos, histórias e risadas. Certamente levarei seus ensinamentos pelo caminho que desejo trilhar.

Elevo os agradecimentos aos membros do NERD, em especial Larissa Marques e João Gabriel, que tiveram grande influência para que eu pudesse fazer parte desse grupo de pesquisa pelo qual nutro muito carinho. Admiro o caminho seguido por cada uma dessas pessoas.

Aos amigos, agradeço muito por terem tornado a rotina de trabalho mais leve. Pedro Lucas, Raphael Leal, Lara Monteiro, Luciano de Castro, Rafaella Jaeger, Pedro Elias e todos que me ajudaram, em certa medida, na graduação.

Aos professores do curso de Administração Pública, deixo meus agradecimentos e minha admiração pelo talento que possuem. Roberto Dutra, Nilo de Azevedo, Joseane Souza, Denise Terra, Mauro Macedo e David Maciel transmitiram incontáveis ensinamentos que considero muito importantes para minha formação.

Por fim, às presenças que se tornaram memória e que me incentivaram a tentar ser uma pessoa melhor em um mundo marcado pela desesperança, deixo meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este estudo analisa os determinantes do apoio à democracia no Brasil, com ênfase nas diferenças de gênero e no papel do consumo de informação política durante campanhas eleitorais. Parte-se do pressuposto de que o apoio à democracia constitui um componente essencial da cultura política e que, em contextos de polarização e crise institucional, compreender suas variações é fundamental para avaliar a resiliência do regime. O trabalho articula as dimensões atitudinais e comportamentais da participação política, propondo que o consumo de informação atua como elo entre ambas, fortalecendo a adesão aos valores democráticos. A hipótese central sustenta que esse efeito não se manifesta de forma homogênea entre os gêneros, sendo condicionado por desigualdades estruturais que afetam o acesso e o uso da informação política. A análise utiliza dados de *survey* pós-eleitorais, abrangendo o período de 2002 a 2022, e aplica modelos de regressão logística para estimar os efeitos das variáveis explicativas. Os resultados indicam que escolaridade, interesse por política e consumo de informações aumentam significativamente a probabilidade de apoio à democracia, mas revelam que o impacto do engajamento informacional é mais intenso entre os homens. Esses achados reforçam a importância de considerar a dimensão de gênero na análise da cultura política, evidenciando que o fortalecimento democrático depende não apenas da difusão de valores, mas também da criação de condições sociais mais igualitárias de participação e acesso à informação.

Palavras-chave: Atitudes políticas; Gender gap; Comportamento eleitoral; Apoio à democracia.

ABSTRACT

This study analyzes the determinants of support for democracy in Brazil, with an emphasis on gender differences and the role of political information consumption during election campaigns. It starts from the assumption that support for democracy is an essential component of political culture and that, in contexts of polarization and institutional crisis, understanding its variations is fundamental to assessing the resilience of the regime. The study articulates the attitudinal and behavioral dimensions of political participation, proposing that the consumption of information acts as a link between the two, strengthening adherence to democratic values. The central hypothesis maintains that this effect does not manifest itself homogeneously across genders, being conditioned by structural inequalities that affect access to and use of political information. The analysis uses post-election survey data covering the period from 2002 to 2022 and applies logistic regression models to estimate the effects of the explanatory variables. The results indicate that education, interest in politics, and consumption of information significantly increase the probability of support for democracy, but reveal that the impact of informational engagement is more intense among men. These findings reinforce the importance of considering gender in the analysis of political culture, highlighting that democratic strengthening depends not only on the dissemination of values, but also on the creation of more egalitarian social conditions for participation and access to information.

Keywords: Political attitudes; Gender gap; Electoral behavior; Support for democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Desenho de pesquisa	14
Figura 2: Evolução longitudinal do apoio à democracia	19
Figura 3: Apoio à democracia e gênero	21
Figura 4: Apoio à democracia e gênero, de acordo com o interesse por política	23
Figura 5: Apoio à democracia e gênero, de acordo com o padrão de consumo de informação	24
Figura 6: Representação dos estimadores do modelo 1: Apoio à democracia	27
Figura 7: Representação dos estimadores do modelo 2: Apoio à democracia	29
Figura 8: Valores preditos da interação entre gênero e consumo de informação	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distinções analíticas entre atitude e comportamento político	9
Tabela 2: Resumo de variáveis	15
Tabela 3: Efeitos esperados de variáveis independentes	16

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ESEB - Estudo Eleitoral Brasileiro

CESOP - Centro de Estudos de Opinião Pública

SUMÁRIO

SUMÁRIO	10
1. Introdução	2
2. Atitudes Políticas, Comportamento e Gênero	7
2.1. Gender Gap	9
2.2. Variável dependente: Apoio à democracia	11
2.3. Dimensões explicativas do apoio à democracia	13
3. Materiais e métodos	14
3.1. Fonte dos dados	14
3.2. Desenho de pesquisa	14
3.3. Procedimentos metodológicos	16
4. Determinantes do apoio à democracia	18
4.1 Evolução do apoio à democracia	18
4.2 Apoio a democracia e gênero	20
4.3 Dimensões explicativas do apoio à democracia	22
4.3.1 Interesse político	22
4.3.2 Consumo de informações políticas	24
5. Diferenças de gênero no apoio a democracia	27
5.1 Modelo de referência	27
5.2 Efeitos condicionais	29
6. Considerações finais	33
7. Referências bibliográficas	36

1. Introdução

O eleitorado feminino tem conquistado cada vez mais condições de participação na política, arena da qual foi excluído durante anos. Expansão de direitos, a representatividade e o acesso à informação são questões-chave para a integração deste grupo na política. No entanto, ainda há indícios de que as mulheres enfrentam obstáculos em diversos temas, tanto na participação política quanto na relação com as instituições democráticas. Se uma democracia se encontra consolidada quando uma maioria significativa acredita nos procedimentos democráticos e em suas instituições (O'donnell, 1994), a tensão das últimas eleições que culminaram no evento do 8 de janeiro demonstra a fragilidade do consenso sobre o regime, e a necessidade de revisitar os determinantes desse apoio. Este estudo busca explorar os fatores que influenciam o *gender gap* no apoio à democracia em 2022, contribuindo para a compreensão das dinâmicas políticas e sociais que permeiam essa questão.

A literatura especializada identifica alguns fatores centrais para o apoio à democracia: eficácia política, confiança nas instituições, acesso à informação e, concomitante a esses, a satisfação com o regime, vinculada ao desempenho percebido das instituições. A relação dos indivíduos com as instituições democráticas está ligada à percepção de sua própria relevância no regime (Almond; Verba, 2015). Essa dinâmica, porém, não é uniforme: as predisposições variam significativamente entre grupos sociais — especialmente quando consideramos *gaps* de gênero na política, sejam nas condições de participação efetiva ou na representação institucional. Desta forma, este estudo testa hipóteses a partir do pressuposto que os fatores associados ao apoio à democracia operam com intensidade distinta entre os gêneros, ampliando ou reduzindo a lacuna no apoio democrático.

Ao longo das últimas décadas, uma vertente normativa da ciência política enfatiza que a estabilidade democrática deriva primordialmente do desenho e funcionamento efetivo de suas instituições. Para estes autores a democracia se sustenta quando suas instituições centrais operam conforme alguns princípios fundamentais: a garantia de direitos contínuos de participação política e de canais de contestação e condições pacíficas de competitividade política e transição de poder. Nessa perspectiva, a qualidade da democracia estaria menos

vinculada a valores difusos na sociedade e mais ao desempenho objetivo dessas estruturas, capazes de regular conflitos e processar demandas (Dahl, 1997; Przeworski, 2020).

Em contraponto às explicações normativas, uma parcela da literatura tem buscado explicar a estabilidade (ou fragilidade) das democracias contemporâneas a partir do desenvolvimento de uma cultura cívica. Nessa segunda vertente, destaca-se a noção de que um conjunto de comportamentos e atitudes compartilhadas pela população — como participação política e confiança nas instituições — seria determinante para o desenvolvimento de uma cultura cívica capaz de sustentar regimes democráticos (Almond; Verba, 2015). Segundo essa perspectiva, não bastariam arranjos institucionais bem-desenhados; a internalização de normas e expectativas democráticas pelos cidadãos figuraria como elemento crucial para a consolidação e manutenção do regime.

Dentro desse marco teórico, a eficácia política emerge como um fator-chave para explicar diversas atitudes políticas, conforme demonstra a literatura especializada. Esse construto, que contempla tanto a percepção de competência individual para entender questões políticas (eficácia interna) quanto a crença na responsividade do sistema (eficácia externa), tem se mostrado um preditor relevante de comportamentos e avaliações sobre o regime democrático. Sua operacionalização através da “compreensão política” permite mensurar como diferentes níveis de familiaridade com temas públicos influenciam posicionamentos perante a democracia. Quando os indivíduos se percebem como agentes capazes de compreender e influenciar o processo político, tendem a desenvolver atitudes mais consistentes e engajadas perante as instituições democráticas.

Um outro aspecto crucial na abordagem culturalista refere-se ao dinamismo dos valores políticos. Como demonstram Inglehart e Welzel (2005), transformações econômicas e culturais (como modernização e mudança geracional) alteram progressivamente as prioridades da população, criando ciclos de valorização diferenciada da participação política. Nesse processo, questões como engajamento cívico e demandas por maior inclusão democrática ganham ou perdem centralidade conforme o contexto societário. Este trabalho parte desse marco teórico, mas avança ao incorporar a variável gênero como fator estruturante que modula a intensidade com que tais atitudes políticas se traduzem em apoio concreto ao regime democrático.

No presente estudo, o foco recai sobre o apoio normativo, também chamado de apoio difuso, à democracia. Esse conceito, conforme discutido por autores como Easton (1965) e Norris (1999), vai além de uma avaliação meramente instrumental do regime. Ele representa uma adesão fundamental aos princípios democráticos, independentemente dos resultados

concretos do governo. O apoio normativo expressa a convicção de que a democracia não é apenas o sistema mais eficaz para atender às necessidades da população, mas também o único modelo politicamente legítimo, mesmo em situações de crise ou insatisfação momentânea. Essa dimensão do apoio é especialmente importante para entender a resiliência dos regimes democráticos, pois revela lealdades profundas que permanecem estáveis apesar de flutuações no desempenho governamental.

Enquanto o apoio difuso à democracia reflete um compromisso duradouro com os valores do regime, demonstrando relativa estabilidade mesmo diante de crises conjunturais, a satisfação democrática opera em um registro distinto. Como argumenta Moisés e Carneiro (2008), essa dimensão do apoio político é essencialmente reativa: ela reflete a avaliação imediata que os cidadãos fazem sobre a capacidade das instituições democráticas em atender às demandas sociais e garantir bem-estar coletivo. Diferentemente do apoio normativo, a satisfação varia conforme o desempenho percebido dos governos e a eficácia na solução de problemas concretos, podendo flutuar significativamente em períodos de instabilidade econômica ou polarização política.

Além da volatilidade da satisfação, estudos recentes têm destacado um progressivo aumento da desconfiança do eleitorado em relação às instituições políticas ao longo das últimas décadas (Baquero, 2001; Paiva; Souza; Lopes, 2004; Moisés; Carneiro, 2008). Essa tendência reflete um processo mais amplo de deslegitimação dessas instâncias, marcado pela percepção generalizada de seu baixo desempenho em atender às demandas sociais. Entretanto, até meados dos anos 2010, essa erosão institucional não se traduzia em ameaças concretas à estabilidade do regime, que aparentava sinais de estar consolidado. Apesar do crescente ceticismo em relação a atores e organizações políticas específicas, o compromisso com o sistema democrático enquanto valor normativo parecia manter-se entre a população brasileira relativamente estável.

A dimensão comportamental tem se revelado um fator crucial para equilibrar as condições de equidade de gênero na esfera política, complementando as análises tradicionais focadas em atitudes. A crescente participação ativa em processos decisórios e o engajamento político foram fatores determinantes para alterar a percepção de que mulheres seriam “apolíticas” ou menos participativas por natureza (Inglehart; Norris, 2000; Paiva; Souza; Lopes, 2004). Evidências recentes mostram que o hábito de consumir informação política, particularmente através de fontes plurais, influencia significativamente a avaliação que os cidadãos fazem da democracia, afetando desde julgamentos imediatos até convicções mais arraigadas (Walker; Kehoe, 2013). Essa relação torna-se ainda mais relevante ao considerar o

papel central dos meios de comunicação na formação de preferências políticas contemporâneas, especialmente em contextos de alta penetração midiática e consumo intensivo de notícias digitais (Ribeiro; Borba; Peres, 2024). Dessa forma, a compreensão do apoio normativo à democracia exige examinar um conjunto de propensões atitudinais e padrões de comportamento.

A questão de gênero revela sua complexidade ao observarmos que, apesar dos avanços em direitos formais e mecanismos de inclusão, como as cotas eleitorais, a representação política das mulheres permanece significativamente abaixo do potencial democrático. Essa estagnação persistente demanda análises que transcendam os aspectos normativos e institucionais, investigando também as dimensões atitudinais do eleitorado. Fatores como o apoio ao regime democrático e sua disparidade de gênero emergem como variáveis cruciais para compreender os limites dos avanços conquistados. Dessa forma, o estudo sistemático dessas barreiras intangíveis torna-se essencial para desvendar as contradições entre participação formal e representação efetiva na política brasileira (Araújo, 2016).

Conclui-se que a complexidade do apoio democrático exige análises que integrem instituições, cultura política e desigualdades de gênero. Este estudo contribui para esse diálogo ao investigar como o consumo de informação e as disparidades de gênero interagem na formação do apoio normativo, oferecendo uma perspectiva renovada sobre os desafios da democracia brasileira. Passamos agora à operacionalização dessas relações.

Sendo assim, compreende-se as dimensões que influenciam o apoio à democracia envolvem tanto aspectos atitudinais, como disposições subjetivas de participação, quanto comportamentais, relacionados à forma como os indivíduos se engajam no regime democrático. Entre essas, o engajamento político, aqui observado a partir dos padrões de consumo de informações, destaca-se por seu caráter mais mensurável e objetivo. Diferentemente das atitudes, que tendem a ser mais subjetivas e suscetíveis a variações contextuais, os comportamentos de busca e exposição à informação oferecem um indicador concreto de inserção política, permitindo explorar com maior precisão suas possíveis relações com o apoio ao regime democrático (Walker; Kehoe, 2013).

Durante as primeiras décadas de redemocratização, o Brasil demonstrava resiliência democrática mesmo diante de crises econômicas e políticas. A desconfiança institucional crescente não se traduzia em ameaças concretas ao regime (Moisés; Carneiro, 2008). Esse cenário, porém, transforma-se radicalmente a partir de 2016, quando a polarização esquerda-direita passa a dominar o debate público e eleitoral, culminando no inédito processo

de um ex-presidente réu por tentativa de golpe de Estado. Nesse contexto de erosão democrática, analisar os condicionantes do apoio ao regime – especialmente em um país com as desigualdades estruturais do Brasil – torna-se relevante.

Para esta análise, serão utilizados os dados dos Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB), survey pós-eleitoral realizado desde 2002 com amostras representativas do eleitorado brasileiro. Nossa variável dependente principal mede o apoio à democracia, enquanto a variável independente central é o padrão de consumo de informação durante campanhas eleitorais. Incluímos variáveis de controle como idade, escolaridade e renda para isolarmos o efeito específico do gênero. A análise será conduzida mediante modelos de regressão logística.

Este estudo parte do interesse em compreender como o consumo de informações políticas durante as campanhas eleitorais se relaciona com o apoio ao regime democrático no Brasil. A análise busca testar duas hipóteses centrais. A primeira propõe que os padrões de consumo de informação política exercem influência significativa sobre o apoio à democracia, de modo que indivíduos mais expostos a conteúdos políticos tendem a apresentar maior adesão aos valores democráticos. A segunda hipótese sugere que esse efeito varia conforme o gênero, isto é, o impacto do consumo de informação não se manifesta com a mesma intensidade entre homens e mulheres, refletindo desigualdades de acesso, socialização e engajamento no campo político.

De forma geral, o objetivo central desta pesquisa é analisar de que maneira o consumo de informação política durante as campanhas eleitorais influencia o apoio à democracia no Brasil, examinando se tal influência opera de forma diferenciada entre os gêneros. Para alcançar esse propósito, o estudo persegue três objetivos específicos: (i) definir e discutir os conceitos de atitudes políticas e comportamento político, explorando sua relação com as instituições e a cultura democrática; (ii) estimar o impacto do consumo de informação política sobre o apoio ao regime democrático entre os eleitores brasileiros; e (iii) identificar as diferenças de gênero na intensidade desse efeito, comparando como o engajamento informacional afeta homens e mulheres de maneira distinta.

2. Atitudes Políticas, Comportamento e Gênero

Para compreender os estudos de opinião pública, é fundamental termos em mente as métricas que influenciam o comportamento político dos indivíduos. As atitudes políticas surgem como um conceito de mensuração diferente das ações comuns dos indivíduos. Enquanto o comportamento se trata de uma ação do indivíduo com o mundo externo, a atitude política se trata de uma pré-disposição mais subjetiva. A exemplo, estudos sobre o partidarismo no Brasil podem analisar o que influencia o ato da filiação partidária, ou então analisar o que está por trás da simpatia partidária do eleitorado brasileiro (Borba; Gimenes; Ribeiro, 2015). Este exemplo retrata como o comportamento – no caso, a filiação – envolve uma ação mais mensurável do indivíduo, enquanto a atitude política retrata uma avaliação do indivíduo que pode ser a favor ou contrária ao tema em questão (Eagly; Chaiken, 1993; Lima; Souza; Modesto, 2023).

As atitudes políticas são frequentemente compreendidas como estruturas cognitivas que organizam crenças, sentimentos e avaliações em relação a objetos políticos, como instituições, figuras públicas e regimes. Pelo seu teor subjetivo, são menos visíveis do que os comportamento propriamente ditos, mas ambos os conceitos podem influenciar questões políticas de maneira substancial quando analisadas em conjunto.

Além de sua dimensão cognitiva e subjetiva, as atitudes políticas também refletem padrões sociais mais amplos. Nesse sentido, o gênero tem se mostrado uma variável relevante para compreender variações nas disposições políticas dos indivíduos. Diversos estudos apontam que homens e mulheres podem expressar atitudes distintas em relação à política, notadamente a tendência mais liberal em mulheres do que em homens, onde elas passam a apoiar mais políticas de igualdade social e política (Lizotte, 2020). Isso se deve a múltiplos fatores, como socialização política diferenciada, desigualdade de acesso à informação e experiências distintas com o poder político. Assim, as atitudes políticas não são apenas predisposições individuais, mas também manifestações situadas em estruturas sociais marcadas por desigualdades de gênero.

A estrutura social que influencia homens e mulheres de maneira diferente se relaciona com os papéis atribuídos a cada gênero. Diekman e Schneider (2010) demonstram como estereótipos de gênero contribuem para uma socialização diferenciada para homens e mulheres. Diferentes expectativas baseadas no sexo, tais como a atribuição de cuidados familiares e domésticos para mulheres, contribuem para desigualdades de gênero tanto em

atitudes políticas quanto em comportamentos. A internalização dessas expectativas e as desigualdades reproduzidas surgem em um nível individual e crescem para um nível macro, e podem ser apontadas em diversas disparidades de gênero.

No Brasil, a divisão sexual do trabalho configura-se um grande limitador da democracia. A função atribuída às mulheres é um obstáculo estrutural que compromete dois recursos fundamentais para a participação política: o tempo livre e a aquisição de renda. Estes filtros incidem sobre as mulheres no acesso a ocupações e no próprio cotidiano, com o acúmulo de tarefas domésticas. Outro ponto a ser destacado é a complexidade das hierarquias de gênero e o fator interseccional, visto que há desequilíbrios entre as mulheres, como desigualdades de renda e de raça (Biroli, 2016).

Não obstante os fatores estruturantes já citados, a crescente representatividade feminina no espaço público traz ao debate a importância da esfera privada como variável política fundamental para a valorização da igualdade de gênero. Isto é, a partir do reconhecimento desses filtros limitadores, tais como a sobrecarga de trabalho doméstico e dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, o próximo passo para adequar as condições de participação política é empreender políticas públicas focalizadas nessa questão. Trata-se de um reconhecimento da desigualdade na vida privada como um problema a ser combatido (Biroli; Miguel, 2015).

Dessa forma, compreender a política a partir da distinção entre atitudes e comportamentos permite uma análise mais precisa das dinâmicas de participação e exclusão. Ao longo deste capítulo, demonstrou-se que tais conceitos não apenas diferem em termos analíticos, mas também se articulam com desigualdades estruturais, como as de gênero. A seguir, apresenta-se uma sistematização das principais distinções entre atitude política e comportamento político, a fim de reforçar sua complementaridade e utilidade na análise das disposições políticas dos indivíduos.

Tabela 1: Distinções analíticas entre atitude e comportamento político

Dimensão	Atitude política	Comportamento político
Definição	Predisposição subjetiva frente a objetos políticos	Ação concreta relacionada ao sistema político
Natureza	Interna, cognitiva e afetiva	Externa, observável e mensurável
Exemplo	Simpatia por um partido, confiança em instituições	Votar, participar de protestos, filiar-se a um partido
Mensuração	Por meio de escalas de opinião e <i>surveys</i>	Por meio de registros, <i>surveys</i> , observações ou autodeclaração

Fonte: Elaboração própria

2.1. *Gender Gap*

Ao longo dos anos, o gênero nem sempre foi tratado como um fator determinante nos estudos políticos. Muitas conclusões eram aceitas como verdades absolutas e internalizadas como normas gerais. O estudo de Inglehart e Norris (2000) buscou analisar as diferenças no comportamento eleitoral entre homens e mulheres nos Estados Unidos, com o objetivo de investigar o chamado *gender gap* tradicional. Esse fenômeno se caracterizava por um aparente conservadorismo entre as mulheres, que tendiam a apoiar partidos de centro-direita e a reeleição de incumbentes. No entanto, essa tendência se transformou ao longo do tempo, invertendo-se: o eleitorado feminino passou a favorecer, cada vez mais, partidos de esquerda. Segundo os autores, essa transição do *gender gap* tradicional para o contemporâneo reflete uma mudança de valores impulsionada pela ampliação dos direitos políticos das mulheres e pelo avanço do desenvolvimento político e econômico, fatores que impactaram especialmente as gerações mais jovens (Box-Steffensmeier; De Boef; Lin, 2004).

Desde então, o termo *gender gap* passou a ser utilizado não apenas nos estudos sobre comportamento eleitoral, mas em diversas análises que envolvem clivagens significativas entre homens e mulheres, sejam elas comportamentais ou atitudinais. A introdução da variável de gênero nas análises permite complexificar os modelos explicativos ao considerar

sua interação com outros fatores, como religião, classe ou raça. Por exemplo, pesquisas sobre atitudes frente ao direito reprodutivo mostram que, mesmo diante da forte influência religiosa, as mulheres tendem a apresentar maior apoio à flexibilização do aborto do que os homens (Lizotte, 2015).

Uma das explicações para o *gender gap* contemporâneo está na maior predisposição das mulheres a apoiar políticas redistributivas e pautas ligadas aos direitos civis. Essa inclinação se relaciona com experiências sociais distintas que moldam valores e prioridades políticas. Em geral, as mulheres demonstram maior sensibilidade a temas como desigualdade de renda, acesso a serviços públicos e proteção de grupos vulneráveis. Nesse sentido, sua orientação política tende a valorizar agendas que promovem equidade e inclusão, o que ajuda a explicar o alinhamento crescente com partidos e propostas de cunho progressista (Lizotte, 2020).

A percepção de que o eleitorado feminino tenderia a conservar os contextos vigentes também se faz presente na literatura brasileira. Essa visão associa o voto das mulheres a uma postura mais cautelosa e avessa à mudança, frequentemente atribuída à sua menor inserção nas esferas públicas de decisão. No entanto, essa interpretação é contestada por Avelar (1989), que destaca a importância de considerar os papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres e as transformações decorrentes de sua crescente participação no mercado de trabalho. Segundo a autora, quando se analisa o conjunto de fatores que moldam o comportamento político, não há evidência de que as mulheres sejam, em termos gerais, mais conservadoras do que os homens. Em vez disso, suas preferências eleitorais refletem uma interação complexa entre condições socioeconômicas, trajetória de inserção pública e padrões de socialização de gênero.

A trajetória dos estudos de gênero na ciência política tem revelado importantes avanços teóricos e empíricos na compreensão das dinâmicas de participação feminina na política. No entanto, apesar do crescente reconhecimento da relevância do gênero como categoria analítica, as evidências empíricas seguem demonstrando a persistência de disparidades significativas entre homens e mulheres tanto no engajamento quanto na representação política (Borba et al., 2018). Essas desigualdades não se limitam ao acesso a cargos eletivos, mas se expressam também em diferentes níveis de envolvimento cívico, de confiança em instituições, de interesse por política e de disposição para ações coletivas. Ao lançar luz sobre os fatores sociais, culturais e institucionais que moldam essas desigualdades, a literatura contribui para desconstruir interpretações essencialistas e para compreender como

os papéis de gênero impactam não apenas o comportamento político, mas também as atitudes políticas de forma mais ampla.

Nesse contexto, a crescente inserção das mulheres em espaços deliberativos, movimentos sociais e ações de mobilização coletiva tem contribuído para enfraquecer a ideia de que seriam, por natureza, menos engajadas politicamente. Ainda que sua presença em cargos eletivos e estruturas partidárias permaneça inferior à dos homens (Peixoto; Marques; Ribeiro, 2022), esse avanço é relevante tanto do ponto de vista normativo quanto analítico, pois desafia concepções essencialistas e destaca a historicidade das barreiras à participação feminina.

Tanto as atitudes políticas quanto os comportamentos de engajamento — como o consumo de informações políticas — desempenham papel crucial na formação da opinião e na disposição para o exercício da cidadania. A presença ativa das mulheres no debate político e seu acesso à informação contribuem diretamente para o fortalecimento de suas atitudes em favor da democracia. Mesmo diante de desigualdades estruturais, o apoio feminino ao regime democrático tende a ser sólido, especialmente quando vinculado a experiências de politização e ao reconhecimento da democracia como via para a conquista de direitos. Assim, compreender como gênero, atitudes e padrões de engajamento se articulam é fundamental para analisar as bases de sustentação democrática na sociedade brasileira contemporânea.

2.2. Variável dependente: Apoio à democracia

Ao longo das últimas décadas, uma vertente normativa da ciência política enfatiza que a estabilidade democrática deriva primordialmente do desenho e funcionamento efetivo de suas instituições. Para estes autores a democracia se sustenta quando suas instituições centrais operam conforme alguns princípios fundamentais: a garantia de direitos contínuos de participação política e de canais de contestação e condições pacíficas de competitividade política e transição de poder. Nessa perspectiva, a qualidade da democracia estaria menos vinculada a valores difusos na sociedade e mais ao desempenho objetivo dessas estruturas, capazes de regular conflitos e processar demandas (Dahl, 1997; Przeworski, 2020).

Em contraponto às explicações normativas, uma parcela da literatura tem buscado explicar a estabilidade (ou fragilidade) das democracias contemporâneas a partir do desenvolvimento de uma cultura cívica. Nessa segunda vertente, destaca-se a noção de que um conjunto de comportamentos e atitudes compartilhadas pela população — como participação política e confiança nas instituições — seria determinante para o

desenvolvimento de uma cultura cívica capaz de sustentar regimes democráticos (Almond; Verba, 2015). Segundo essa perspectiva, não bastariam arranjos institucionais bem-desenhados; a internalização de normas e expectativas democráticas pelos cidadãos figuraria como elemento crucial para a consolidação e manutenção do regime.

No presente estudo, o foco recai sobre o apoio normativo, também chamado de apoio difuso, à democracia. Esse conceito, conforme discutido por autores como Easton (1965) e Norris (1999), vai além de uma avaliação meramente instrumental do regime. Ele representa uma adesão fundamental aos princípios democráticos, independentemente dos resultados concretos do governo. O apoio normativo expressa a convicção de que a democracia não é apenas o sistema mais eficaz para atender às necessidades da população, mas também o único modelo politicamente legítimo, mesmo em situações de crise ou insatisfação momentânea. Essa dimensão do apoio é especialmente importante para entender a resiliência dos regimes democráticos, pois revela lealdades profundas que permanecem estáveis apesar de flutuações no desempenho governamental.

É necessário cautela ao utilizar dados de opinião pública para fazer análises sobre democracia. Como aponta Przeworski,

Por exemplo, ninguém sabe o que as pessoas entendem por “democracia” em diferentes países e épocas, quando são questionadas se a “democracia” é a melhor forma de governo ou se é essencial para elas que seus países sejam governados “democraticamente”. Mesmo os pesquisadores discutem ardorosamente sobre como definir a “democracia”, com toda a sorte de distinções e qualificações: “majoritária”, “liberal”, “representativa”, “direta”, “social” e até mesmo “autoritária” (Przeworski, 2018, p.153).

Considerar que a estabilidade do sistema pode ser explicado por respostas de uma pesquisa de opinião, então, não é o aconselhável. No entanto, não se trata do objetivo deste estudo. O uso do apoio a democracia como variável dependente neste estudo tem como objetivo instrumentalizar a percepção do eleitorado sobre a recente crise democrática brasileira, e nesta perspectiva, testar hipóteses sobre o que está por trás do decrescente apoio ao regime. Entende-se também que o apoio ao regime, por mais subjetivo que seja, denota a percepção dos indivíduos sobre o que as instituições deveriam proporcionar. Essa dinâmica envolve a má qualidade dos governos, baixo crescimento econômico e a qualidade dos serviços de um país (Mainwaring; Pérez-Liñán, 2023).

2.3. Dimensões explicativas do apoio à democracia

Entre os diversos fatores que influenciam as atitudes políticas dos indivíduos, a escolaridade se destaca pelo seu efeito cognitivo, amplamente discutido na literatura (Dalton, 2013). A educação formal contribui para o desenvolvimento de competências críticas, ampliação do repertório informativo e maior familiaridade com valores democráticos, compondo assim a mobilidade cognitiva para compreender e avaliar os princípios e instituições do regime democrático. Nesse sentido, indivíduos com maior nível de escolarização tendem a apresentar maior internalização de normas democráticas. Considerando esses aspectos, a variável escolaridade foi incluída nesta pesquisa como um dos principais determinantes do apoio ao regime democrático, a fim de examinar de que forma diferentes níveis educacionais se associam às atitudes em relação à democracia.

O interesse político é outra variável utilizada neste estudo. Compreende-se que esta atitude política age como um preditor em diversas dinâmicas que envolvem a relação do indivíduo com a política. Além disso, com o intuito de incluir uma variável de comportamento à análise, o consumo de informações políticas é tido como uma métrica para o engajamento político.

o consumo de informações políticas é incorporado como variável de natureza comportamental. Sua inclusão permite avaliar em que medida os padrões de acesso e busca por informações atuam como indicadores de engajamento político, testando a hipótese de que o consumo de informações desempenha papel significativo na conformação do apoio à democracia.

Além das variáveis já citadas, este estudo também incorpora indicadores sociodemográficos clássicos, como renda e idade, a fim de captar heterogeneidades estruturais que possam influenciar o apoio à democracia. A renda é frequentemente associada à percepção de estabilidade econômica e ao grau de satisfação com o sistema político, sendo possível que indivíduos em posições socioeconômicas mais vulneráveis demonstrem menor adesão a valores democráticos, especialmente em contextos de crise. Já a idade, por sua vez, pode refletir tanto o acúmulo de experiência política quanto a exposição geracional a diferentes momentos históricos, influenciando disposições atitudinais em relação ao regime democrático. Dessa forma, a inclusão dessas variáveis busca controlar efeitos contextuais e

oferecer uma análise mais abrangente das condições que moldam o apoio à democracia no Brasil.

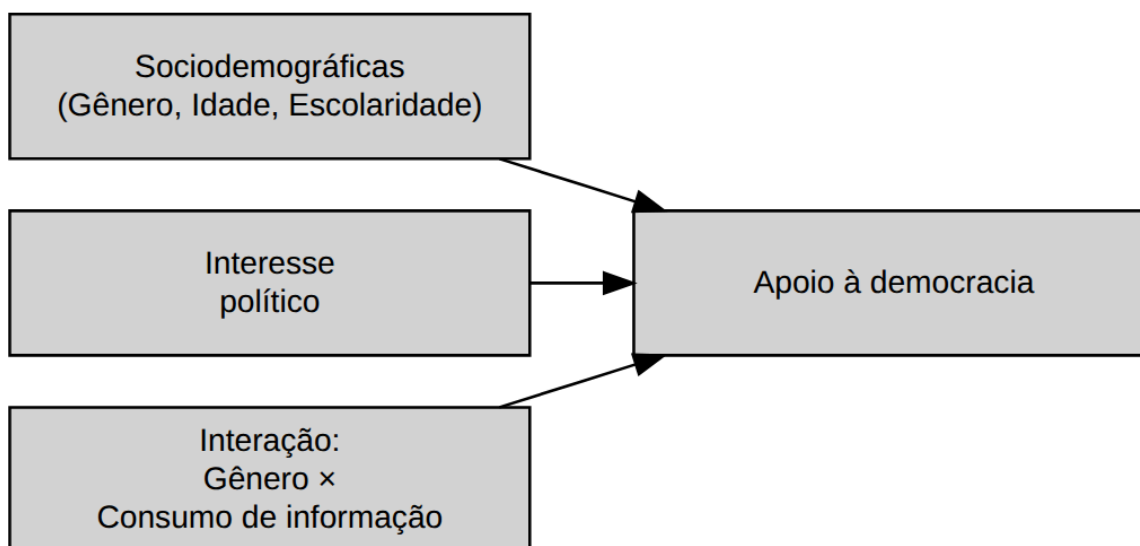
3. Materiais e métodos

3.1. Fonte dos dados

Neste tópico serão descritos os procedimentos metodológicos necessários para atingir o objetivo de estudo. Os dados utilizados são provenientes do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), *Survey* pós-eleitoral aplicado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) em anos de eleições presidenciais desde 2002. O estudo utiliza dados de todas as ondas, conferindo caráter longitudinal à análise, com um enfoque na onda mais recente de 2022. Dessa forma, a unidade de análise desse estudo é o indivíduo respondente do questionário.

3.2. Desenho de pesquisa

Figura 1: Desenho de pesquisa



Fonte: Elaboração própria

A variável dependente é operacionalizada com base nas respostas à afirmação: “A democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo”. Trata-se de uma variável em escala *Likert*, que capta o grau de concordância ou

discordância do respondente. Em determinadas etapas deste estudo, a variável foi recategorizada de forma a destacar as manifestações afirmativas de apoio à democracia (concordância com a afirmação = 1). É necessário ressaltar que, nas pesquisas anteriores à rodada de 2022, as opções de resposta para essa variável eram categóricas nominais. A partir de 2022, o formato foi alterado para uma escala ordinal, na qual as categorias seguem uma ordem de intensidade.

Além das variáveis sociodemográficas, as variáveis independentes abrangem dimensões atitudinais e comportamentais. O interesse político é incluído como uma disposição subjetiva à participação e ao engajamento político, sendo tratado como um possível preditor do apoio à democracia. Sua operacionalização baseia-se na pergunta: “Quanto o(a) senhor(a) se interessa por política?”. Para fins analíticos, essa variável também foi recategorizada, atribuindo-se valor 1 aos casos em que há manifestação de interesse.

O consumo de informação política durante o período eleitoral constitui a principal variável comportamental da pesquisa. Ele é mensurado a partir do padrão de uso de diferentes meios de comunicação — especificamente rádio, jornais, televisão e redes sociais — como fontes de informação política. O consumo frequente por esses canais é interpretado como um potencial preditor de atitudes favoráveis ao regime democrático. A tabela 2 mostra um resumo das variáveis utilizadas e as recategorizações feitas.

Tabela 2: Resumo de variáveis

Tipo	Variável	Descrição	Recategorização
Dependente	Apoio à democracia	Concordância com a afirmação de que a democracia é sempre preferível	Concorda = 1
Independente (Atitudinal)	Interesse político	Grau de interesse declarado por política	Tem interesse = 1
Independente (Comportamental)	Consumo de informação política	Frequência de uso de meios para obter informação política	Consumo frequente = 1
Controle	Variáveis sociodemográficas	idade, gênero, escolaridade, renda	Categóricas e contínuas, conforme questionário

Fonte: Elaboração própria

3.3. Procedimentos metodológicos

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, combinando análise descritiva e explicativa para investigar os determinantes do apoio à democracia. A variável dependente é tratada como binária, indicando concordância (1) ou não concordância (0) com a afirmação de que a democracia é sempre preferível a qualquer outra forma de governo. As variáveis independentes incluem características sociodemográficas e, sobretudo, dois fatores de interesse: consumo de informação política durante o período eleitoral e interesse político.

Serão elaboradas estatísticas descritivas e modelos de regressão logística para estimar o impacto das variáveis independentes no apoio a democracia. Além disso, o estudo busca investigar como a dimensão comportamental afeta homens e mulheres de maneira distinta. Espera-se que o consumo de informação política tenha um efeito positivo no apoio a democracia, no entanto, este efeito pode não ser uniforme para homens e mulheres. Delimita-se a hipótese:

H1 (condicional): O efeito do consumo de informação política sobre o apoio à democracia varia em intensidade conforme o gênero do respondente.

Para testá-la, estima-se um modelo de regressão logística que incorpora um termo de interação entre consumo de informação e gênero, controlando pelas demais variáveis explicativas. A tabela 3 apresenta o efeito esperado das principais variáveis. Para operacionalizar a variável de consumo de informação, foi construído um índice multivariado com dados da rodada de 2022 do ESEB. As variáveis utilizadas no índice questionam a frequência com que o respondente utilizou alguns meios de comunicação para se informar sobre política no período de campanha. São eles: Tv, rádio, jornais (impressos ou digitais) e redes sociais.

Tabela 3: Efeitos esperados de variáveis independentes

Variável independente	Tipo da variável	Efeito esperado
Interesse político	Atitudinal	+
Consumo de informações políticas	Comportamental	+
Escolaridade	Sociodemográfica	+

Gênero*Consumo de informações políticas Sociodemográfico*
Comportamental -

Fonte: Elaboração própria

4. Determinantes do apoio à democracia

A partir dos conceitos teóricos que guiam esse trabalho e a descrição das etapas procedimentais, este capítulo dá início a análise de dados empíricos. Serão apresentados dados descritivos acerca do apoio à democracia, e as variáveis que podem influenciar a variável dependente. Primeiro, apresento a distribuição longitudinal do apoio à democracia, de 2002 ao recorte mais recente. O foco está em analisar a evolução das respostas e apontar possíveis tendências e efeitos contextuais ao longo dos anos. Em seguida, passo a incluir as dimensões que podem influenciar o apoio à democracia dos eleitores, em que agrego os dados de acordo com o gênero do respondente sempre que possível.

4.1 Evolução do apoio à democracia

A análise longitudinal do apoio à democracia no Brasil revela oscilações importantes ao longo do período de 2002 a 2022. Em 2002, pouco mais da metade dos entrevistados declarou “concordar muito” que a democracia é sempre a melhor forma de governo (54,4%), enquanto cerca de 14% manifestaram discordância parcial ou total. Já em 2006, observa-se uma leve redução do apoio mais enfático (51,7%), compensada por um aumento da proporção de indivíduos que “concordam um pouco” (41,9%), o que indica um certo arrefecimento da adesão plena ao regime democrático, mas ainda dentro de um patamar elevado.

O ano de 2010 marca o auge do apoio normativo à democracia, com dois terços dos entrevistados (66,9%) posicionando-se na categoria “concorda muito”. Nesse momento, as posições de discordância se reduziram a menos de 6% da população, sinalizando um consenso amplo em torno da legitimidade democrática. Esse momento de maior consenso democrático se aproxima da noção de apoio difuso discutida por Easton (1965) e retomada por Norris (1999), segundo a qual a legitimidade democrática se fortalece quando a adesão ao regime ultrapassa variações contextuais de desempenho governamental.

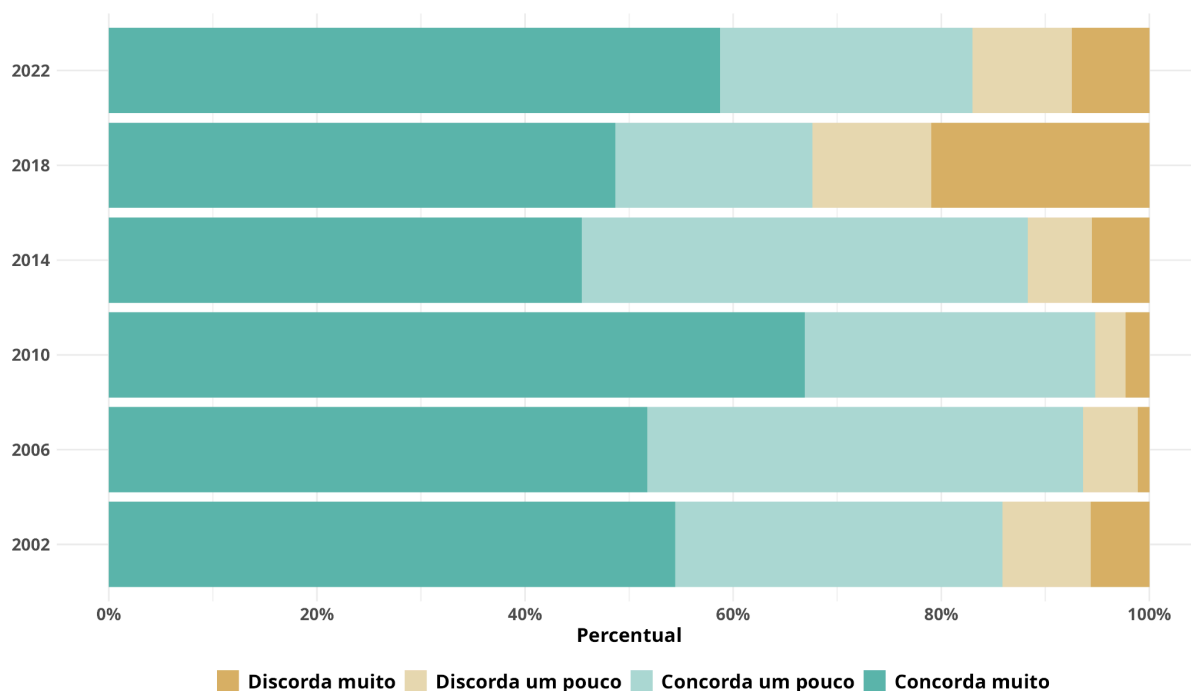
Entretanto, essa tendência positiva não se sustenta nos anos subsequentes. Em 2014, a proporção dos que “concordam muito” recuou para 45,4%, enquanto aumentou a parcela que “concorda um pouco” (42,9%). Essa inversão sugere um deslocamento do apoio difuso para

formas menos intensas de adesão. O recuo do apoio dialoga com os argumentos de Mainwaring e Pérez-Liñán (2023), que destacam como a má qualidade de governos somado a crise econômica pode minar a confiança pública e a legitimidade democrática.

A inflexão mais significativa ocorre em 2018, quando, apesar de quase metade dos entrevistados (48,7%) ainda “concordar muito” que a democracia é a melhor forma de governo, o percentual dos que “discordam muito” atingiu o patamar recorde de 21%. Esse resultado se insere no contexto de forte polarização política e crise de confiança institucional que marcaram aquele pleito. Considerando que os dados foram coletados logo após as eleições presidenciais, é plausível associar esse aumento na rejeição à democracia à vitória de Jair Bolsonaro, cuja candidatura esteve fortemente apoiada em discursos de crítica ao sistema político e às instituições democráticas tradicionais. Como aponta Przeworski (2018), a fragilidade das normas democráticas tende a se intensificar em cenários onde líderes eleitos questionam abertamente a legitimidade do regime, o que ajuda a compreender a deterioração do apoio registrada naquele ano.

Em 2022, embora a proporção dos que “discordam muito” tenha recuado para 7,4%, a adesão intensa à democracia não retornou aos patamares de 2010, estabilizando-se em 58,7%. Esse resultado sugere uma recuperação parcial da legitimidade democrática, mas ainda distante do auge observado no início da década anterior.

Figura 2: Evolução longitudinal do apoio à democracia



Fonte: Pergunta “A democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo”, do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), 2002 a 2022.

Embora a análise longitudinal revele oscilações significativas no apoio ao regime, é igualmente importante considerar como esse apoio se distribui entre diferentes grupos sociais. Entre esses grupos, o gênero ocupa posição central, uma vez que a literatura aponta diferenças persistentes nas atitudes políticas de homens e mulheres, as quais podem afetar a intensidade do apoio à democracia. Assim, após mapear as tendências gerais do apoio à democracia no Brasil, a próxima etapa consiste em examinar se tais padrões se manifestam de forma semelhante entre homens e mulheres, verificando a existência de um possível *gender gap* na atitude em questão. A questão que se coloca, portanto, é se o recuo ou a recuperação do apoio democrático observado na série histórica é homogêneo na população, ou se reflete desigualdades estruturais – como aquelas associadas às diferenças de gênero.

4.2 Apoio a democracia e gênero

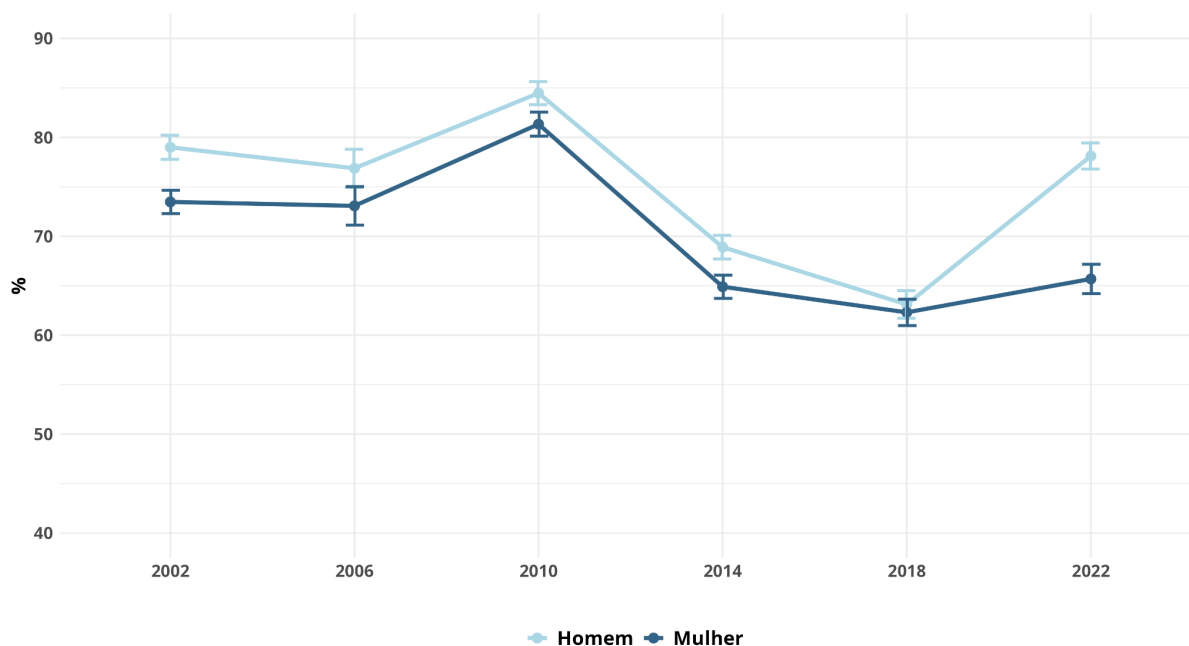
Há diferenças consistentes entre homens e mulheres no apoio ao regime. A figura 3 aponta que, em 2002, cerca de 79% dos homens afirmavam que a democracia é sempre a melhor forma de governo, contra 73,4% das mulheres. Essa diferença inicial de quase seis

pontos percentuais já indica um descompasso de gênero nas atitudes democráticas, que se mantém em praticamente todas as ondas subsequentes do *survey*.

Em 2010 observa-se o ponto mais elevado da série para ambos os grupos: 84,4% entre homens e 81,3% entre mulheres. Apesar do crescimento generalizado, o diferencial de gênero permanece, com os homens apresentando níveis mais altos de apoio. A queda acentuada registrada em 2014 atinge ambos os grupos, mas as mulheres são proporcionalmente mais afetadas: enquanto o apoio masculino cai para 68,9%, o apoio feminino recua para 64,9%. A convergência observada em 2018 — quando homens (63,1%) e mulheres (62,3%) apresentam percentuais próximos — sugere um momento de crise mais homogênea na adesão à democracia, em consonância com o contexto de polarização política daquele período.

Por fim, os dados de 2022 indicam uma recuperação significativa do apoio masculino (78,1%), mas não do feminino (65,6%). O resultado é o maior hiato de gênero de toda a série, ultrapassando 12 pontos percentuais. Essa assimetria sugere que, embora a legitimidade democrática tenha voltado a crescer entre os homens, as mulheres mantiveram níveis mais baixos de adesão. Tal padrão reforça a importância de investigar as diferenças de gênero de forma mais aprofundada, uma vez que a recuperação do apoio democrático no período recente não ocorreu de forma homogênea na população.

Figura 3: Apoio à democracia e gênero



Fonte: Pergunta “A democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo”, do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), 2002 a 2022.

A análise da evolução do apoio à democracia segundo o gênero mostra que, embora os homens tenham apresentado níveis consistentemente mais elevados do que as mulheres ao longo do período, ambos os grupos foram igualmente afetados pelas oscilações conjunturais. Essa constatação levanta uma questão relevante: além das diferenças de gênero, que outros fatores podem contribuir para explicar variações no apoio democrático? Em outras palavras, torna-se necessário investigar quais características individuais estão associadas a uma maior probabilidade de adesão à democracia. É nesse sentido que a próxima subseção se dedica a explorar os determinantes do apoio democrático, começando pela variável de interesse político.

4.3 Dimensões explicativas do apoio à democracia

4.3.1 Interesse político

Os resultados apresentados no figura 4 indicam que o interesse por política se associa de forma consistente a níveis mais elevados de apoio à democracia, tanto entre homens quanto entre mulheres. Já em 2002 essa relação se mostra clara: entre os homens interessados, 82,4% declararam apoio ao regime democrático, contra 72,5% dos não

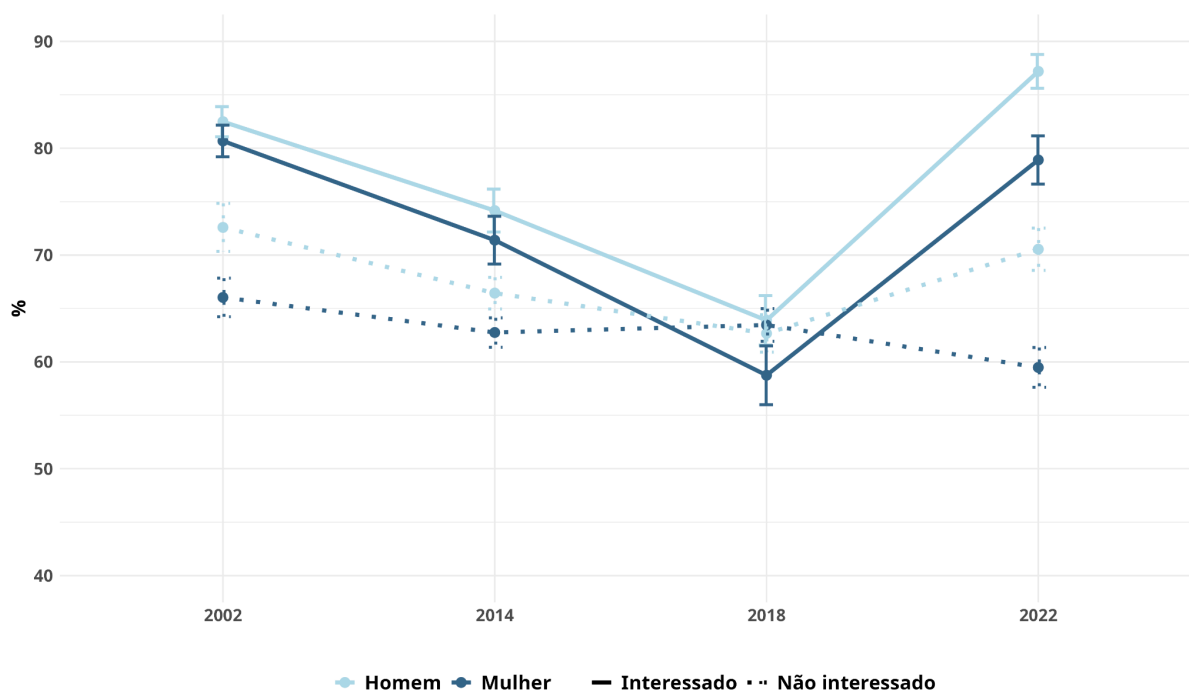
interessados. Entre as mulheres, o padrão se repete, com 80,7% de apoio entre as interessadas e apenas 66,0% entre as não interessadas. Nota-se, contudo, que a diferença de gênero é atenuada no grupo dos mais engajados: homens e mulheres interessados apresentam percentuais próximos, ao passo que a lacuna é mais acentuada entre os não interessados.

Em 2014 esse padrão se manteve. Entre os homens interessados, 74,1% declararam apoio à democracia, contra 66,4% dos não interessados. Já entre as mulheres, 71,3% das interessadas expressaram apoio, frente a 62,7% das não interessadas. Mais uma vez, observa-se que a diferença de gênero é menor no grupo de maior engajamento: homens e mulheres interessados em política apresentaram níveis semelhantes de apoio, reforçando o papel do interesse como fator de aproximação atitudinal entre os gêneros.

O contraste mais expressivo ocorre em 2022. Entre homens interessados, 87,1% apoiam a democracia, um nível significativamente mais elevado do que o observado entre os não interessados (70,5%). Entre as mulheres, o apoio também cresce entre as interessadas (78,9%), mas cai drasticamente entre as não interessadas (59,5%). Com isso, o hiato de gênero torna-se especialmente desigual: no grupo de interessadas, a diferença em relação aos homens é de cerca de 8 pontos percentuais; já entre os não interessados, essa distância supera os 11 pontos. Esses resultados sugerem que o interesse por política não apenas eleva o apoio à democracia em termos absolutos, mas também atua como mecanismo de redução das desigualdades de gênero nas atitudes democráticas.

Conforme Dalton (2013), o interesse por política está relacionado ao desenvolvimento de capacidades cognitivas e de eficácia política. Como mulheres historicamente enfrentam barreiras de socialização política (Diekman e Schneider, 2010; Biroli, 2016), é esperado que, quando interessadas, apresentem níveis mais próximos aos dos homens.

Figura 4: Apoio à democracia e gênero, de acordo com o interesse por política



Fonte: Pergunta “A democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo”, do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), 2002 a 2022.

Os resultados referentes ao interesse por política reforçam o papel das atitudes como determinantes centrais do apoio à democracia, aproximando homens e mulheres quando há maior disposição subjetiva ao engajamento. No entanto, para além das atitudes políticas, é igualmente importante considerar dimensões comportamentais, que traduzem práticas concretas de envolvimento com o universo político. Entre elas, destaca-se o consumo de informações políticas, cuja frequência e diversidade podem funcionar como mecanismos de socialização e reforço de valores democráticos. A próxima subseção, portanto, volta-se para a análise dessa variável, a fim de verificar em que medida o comportamento informacional se associa ao apoio à democracia e se apresenta diferenças relevantes entre homens e mulheres.

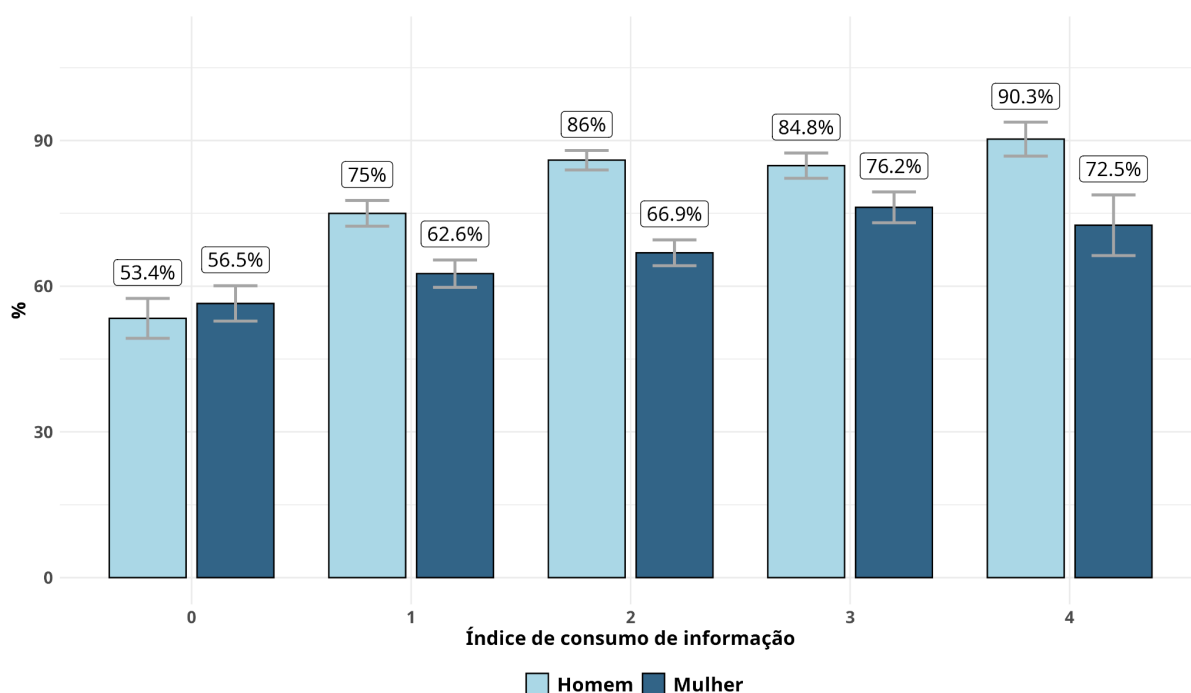
4.3.2 Consumo de informações políticas

Para contemplar a dimensão comportamental da análise, elaborou-se um índice de consumo de informações políticas a partir da frequência declarada de uso de diferentes meios — como televisão, rádio, jornais impressos e redes sociais — durante o período eleitoral.

Esse indicador permite captar padrões de exposição e busca ativa por conteúdos políticos, distinguindo indivíduos com maior ou menor engajamento informacional. A literatura aponta que o acesso regular a informações políticas amplia o repertório cognitivo dos cidadãos e fortalece disposições democráticas (Dalton, 2013; Norris, 2011). Nesse sentido, a análise a seguir busca verificar em que medida o consumo de informação se associa ao apoio à democracia, observando também se esse efeito se manifesta de forma homogênea entre homens e mulheres. A figura apresentado nesta subseção ilustra os percentuais de apoio ao regime democrático segundo gênero e padrão de consumo de informações.

O índice foi elaborado com os dados da rodada de 2022. Para cada resposta afirmativa sobre o consumo de informação em algum dos meios de informação, o respondente recebe 1 ponto. Dessa forma, o índice varia de 0 a 4.

Figura 5: Apoio à democracia e gênero, de acordo com o padrão de consumo de informação



Fonte: Pergunta “A democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo”, do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), 2022.

Os resultados de 2022 confirmam que o consumo de informações políticas está positivamente associado ao apoio à democracia. Entre os indivíduos que não consomem nenhum dos meios considerados (índice 0), pouco mais da metade dos homens (53,3%) e das mulheres (56,4%) declara que a democracia é sempre a melhor forma de governo, revelando níveis baixos em relação à média nacional. Esse ponto inicial da escala sugere que a ausência

de engajamento informacional corresponde a uma adesão democrática mais frágil, ainda que as mulheres, nesse grupo específico, apresentem percentuais ligeiramente superiores aos homens.

À medida que o consumo aumenta, a diferença entre os gêneros torna-se mais evidente. Entre os homens, o apoio sobe de 75,0% no índice 1 para 86,0% no índice 2, mantendo-se em patamares elevados nos níveis seguintes. Já entre as mulheres, embora também se observe crescimento, os percentuais permanecem consistentemente mais baixos: 62,6% no índice 1, 66,9% no índice 2 e 76,2% no índice 3. Isso indica que, para ambos os gêneros, o maior consumo de informação contribui para intensificar a adesão democrática, mas os ganhos são mais expressivos no caso masculino.

No ponto mais alto da escala (índice 4), o apoio à democracia atinge 90,3% entre os homens, enquanto entre as mulheres chega a 72,5%. Esse resultado representa a maior distância observada na série, superior a 17 pontos percentuais, reforçando que o consumo de informação não apenas eleva o apoio em termos absolutos, mas também amplia o hiato de gênero. Em contraste com o efeito observado para o interesse político, que tende a reduzir diferenças entre homens e mulheres, a dimensão comportamental do consumo de informação parece operar de modo desigual, beneficiando de forma mais intensa os homens. Esse padrão sugere que, ainda que a informação seja um recurso democrático central, seu impacto não é homogêneo entre os gêneros, possivelmente refletindo desigualdades estruturais no acesso, no uso e na interpretação das informações políticas.

O presente capítulo apresentou uma leitura panorâmica dos padrões de apoio à democracia no Brasil entre 2002 e 2022, evidenciando tanto variações conjunturais quanto desigualdades estruturais. As análises mostraram que o apoio democrático tende a crescer entre indivíduos com maior interesse por política, maior exposição a informações e níveis mais altos de escolaridade — fatores que fortalecem a internalização de valores democráticos. No entanto, observou-se que tais efeitos não se distribuem de forma homogênea entre homens e mulheres, sugerindo que o gênero continua a mediar a relação entre engajamento político e adesão democrática. Assim, ainda que as análises descritivas indiquem padrões relevantes, a compreensão mais precisa dessas relações requer a incorporação de modelos explicativos que considerem interações entre variáveis. O próximo capítulo, portanto, aprofunda essa dimensão analítica, examinando como o gênero condiciona o efeito das variáveis comportamentais sobre o apoio à democracia.

5. Diferenças de gênero no apoio a democracia

O presente capítulo tem como objetivo compreender de que forma o gênero condiciona os determinantes do apoio à democracia. Enquanto o capítulo anterior se concentrou nas descrições gerais e nos efeitos diretos de variáveis atitudinais e comportamentais, aqui o foco recai sobre a dimensão relacional entre essas variáveis, especialmente sobre a interação entre gênero e consumo de informações políticas. A literatura tem destacado que o gênero pode não apenas influenciar o nível médio de apoio à democracia, mas também modular o impacto de outros fatores, como o engajamento político e exposição à informação (Lizotte, 2020; Biroli, 2016).

Com base nessa perspectiva, este capítulo estima modelos de regressão logística para examinar o efeito conjunto das variáveis explicativas, com especial atenção à hipótese condicional de que o consumo de informação política exerce efeitos distintos sobre homens e mulheres. Essa abordagem permite verificar se o engajamento informacional atua de maneira homogênea entre os gêneros ou se reforça desigualdades já existentes nas atitudes democráticas. A seção está organizada da seguinte forma: na subseção seguinte apresenta-se o modelo de referência, sem interação; em seguida, é estimado o modelo com o termo de interação entre gênero e consumo de informação; por fim, discute-se os resultados à luz da literatura sobre socialização política e desigualdade de gênero.

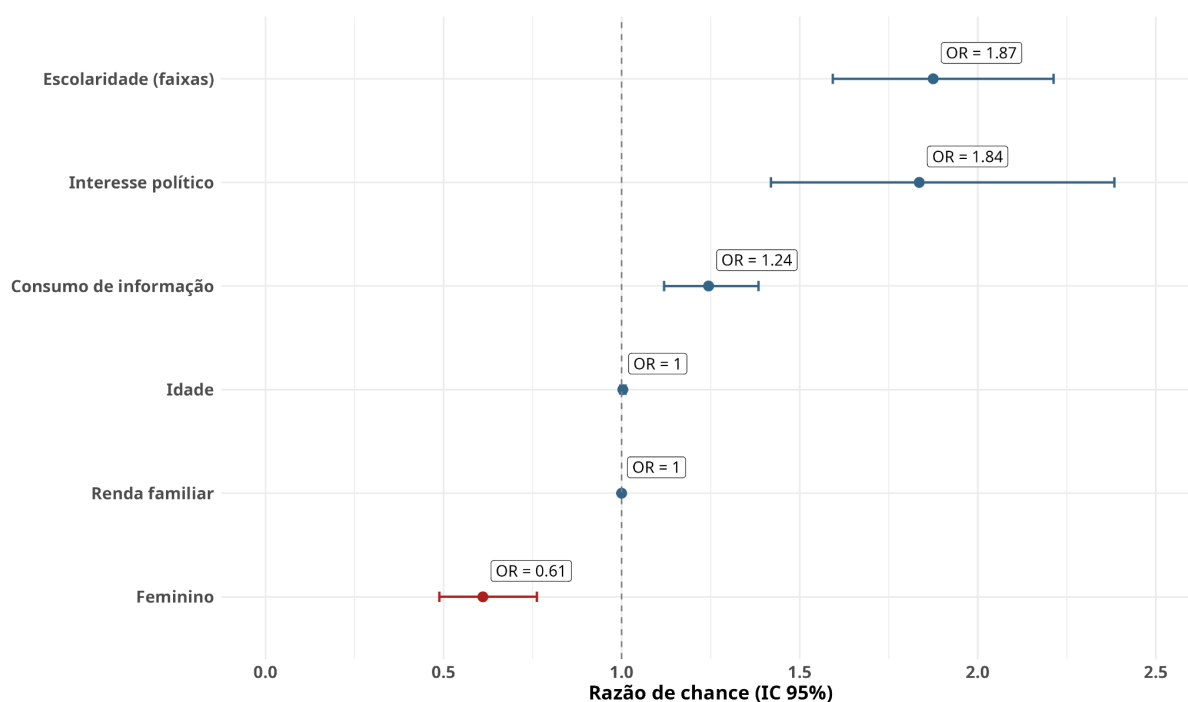
5.1 Modelo de referência

Os resultados do modelo de referência apresentados na figura 6 indicam que algumas variáveis individuais exercem influência significativa sobre o apoio à democracia, confirmando parte das expectativas formuladas nos capítulos anteriores. Entre os preditores, o gênero apresenta efeito negativo e estatisticamente significativo, evidenciando que as mulheres demonstram menor probabilidade de declarar apoio à democracia quando comparadas aos homens, mesmo após o controle pelas demais variáveis. Esse resultado reforça o padrão descritivo observado anteriormente, segundo o qual os níveis de adesão democrática são consistentemente mais baixos entre o público feminino. Por outro lado, a escolaridade exerce um impacto positivo expressivo sobre a probabilidade de apoio,

corroborando a literatura que associa a educação formal ao desenvolvimento de competências cívicas e cognitivas que sustentam valores democráticos (Dalton, 2013).

Além desses fatores, o interesse por política e o consumo de informações políticas também se mostraram positivamente associados ao apoio à democracia, ambos com altos níveis de significância estatística. Esses resultados reforçam os achados das análises descritivas e confirmam que tanto atitudes quanto comportamentos de engajamento político fortalecem a adesão ao regime democrático, como sugerem Norris (2011) e Lizotte (2020). Já as variáveis renda familiar e idade não apresentaram efeitos estatisticamente significativos, sugerindo que diferenças socioeconômicas e geracionais têm impacto limitado sobre o apoio normativo à democracia no contexto recente. Em conjunto, o modelo aponta que o apoio ao regime democrático é mais fortemente determinado por fatores cognitivos e atitudinais do que por atributos estruturais, o que indica que a forma como os indivíduos se relacionam com a política, em termos de interesse e informação, é mais decisiva do que sua posição socioeconômica.

Figura 6: Representação dos estimadores do modelo 1: Apoio à democracia



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (2022)

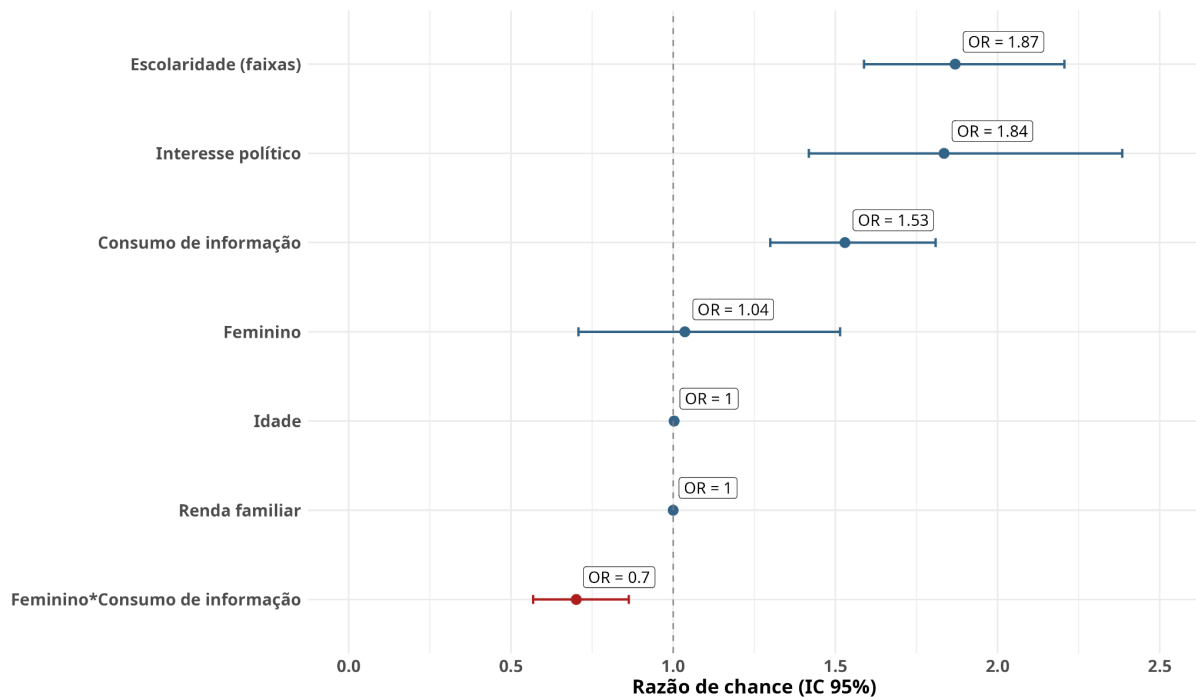
Quais fatores podem influenciar o apoio à democracia entre os homens, mas não entre as mulheres? Os resultados apresentados até aqui demonstram que a variável dependente é

fortemente influenciada pela escolaridade do indivíduo, uma vez que eleitores com níveis mais altos de instrução apresentam maior probabilidade de responder favoravelmente à democracia. Além disso, a variável atitudinal do estudo, o interesse por política, também se mostrou positivamente associada ao apoio ao regime democrático. O modelo a seguir busca testar a hipótese de que a variável comportamental, representada pelo padrão de consumo de informações políticas, exerce efeitos diferenciados conforme o gênero. Como a literatura tem destacado, homens e mulheres não se encontram em condições equilibradas no que se refere à inserção na arena política. As mulheres enfrentam obstáculos específicos relacionados ao acesso ao tempo livre, recurso fundamental para a participação efetiva na política e para o consumo de informações (Biroli, 2016). Esse argumento se sustenta na divisão desigual do trabalho doméstico e dos cuidados familiares, que recai de forma desproporcional sobre as mulheres e se soma às suas responsabilidades profissionais, limitando seu engajamento político-informacional.

5.2 Efeitos condicionais

Com o intuito de aprofundar a análise dos determinantes do apoio à democracia, esta subseção apresenta o modelo que incorpora o termo de interação entre gênero e consumo de informações políticas, permitindo avaliar se o impacto do engajamento informacional sobre a adesão ao regime democrático varia entre homens e mulheres.

Figura 7: Representação dos estimadores do modelo 2: Apoio à democracia



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (2022)

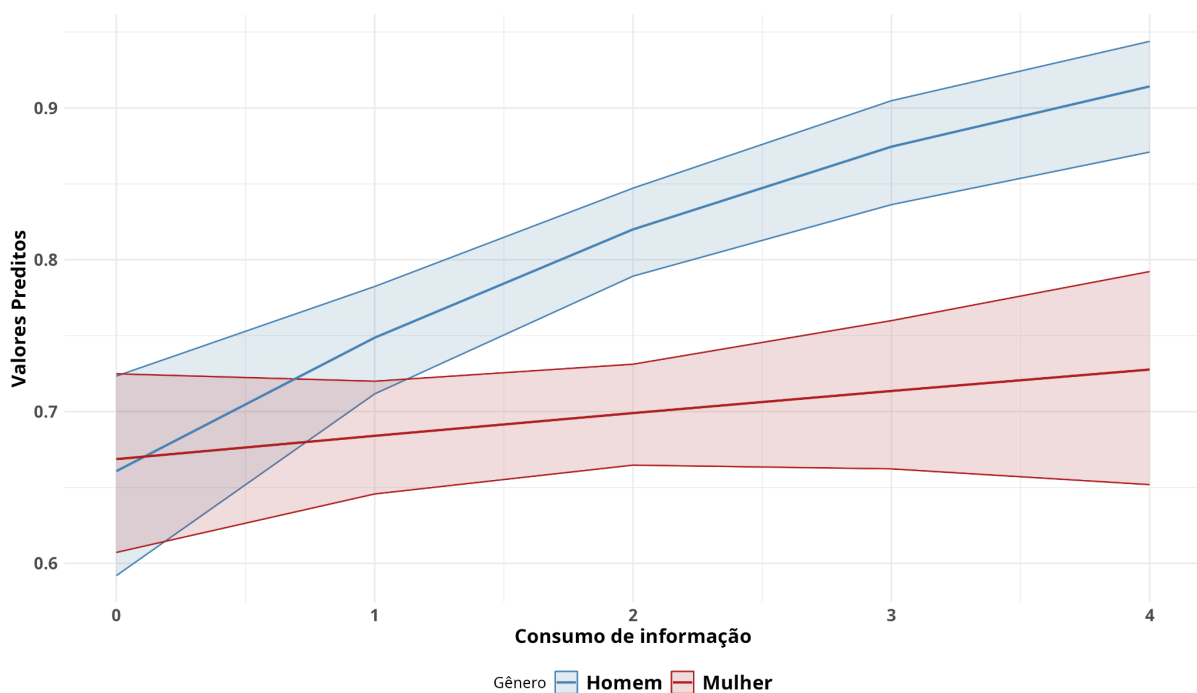
Os resultados do modelo com interação entre gênero e consumo de informações políticas indicam que o efeito positivo do engajamento informacional sobre o apoio à democracia não é homogêneo entre homens e mulheres. O coeficiente da variável de consumo de informações é significativo, confirmando que, de forma geral, o aumento no consumo de informação política eleva a probabilidade de o indivíduo considerar a democracia como a melhor forma de governo. Contudo, a interação entre gênero e o consumo de informações apresenta um coeficiente negativo, o que revela que o impacto dessa dimensão comportamental é menor entre as mulheres. Em outras palavras, embora o engajamento informacional esteja associado a maior adesão democrática em ambos os grupos, os ganhos observados são mais intensos entre homens.

Esse resultado é consistente com a literatura que aponta que o acesso e o uso da informação política não ocorrem de forma igualitária entre os gêneros. Estudos como os de Lizotte (2020) e Biroli (2016) argumentam que as desigualdades estruturais, como a distribuição desigual do tempo livre e a persistência de papéis sociais tradicionalmente atribuídos às mulheres, restringem sua capacidade de participar e se informar sobre política. Assim, mesmo quando as mulheres têm acesso a canais de informação, as condições sociais e culturais que moldam sua relação com o ambiente político tendem a reduzir o retorno desse

engajamento em termos de internalização de valores democráticos. A interação negativa observada, portanto, reforça a hipótese de que o consumo de informação atua como um mecanismo diferencial de socialização política, potencializando o apoio à democracia sobretudo entre os homens, enquanto entre as mulheres seu efeito é parcialmente amortecido por barreiras estruturais e desigualdades de participação.

O efeito interativo entre gênero e consumo de informação sobre o apoio à democracia pode ser visto na figura 8. A medida que o consumo de informação aumenta, a probabilidade predita de o indivíduo considerar a democracia como a melhor forma de governo também aumenta. Esse efeito, no entanto, não tem o mesmo efeito em homens e mulheres. Entre os homens, a probabilidade de apoio eleva-se de forma acentuada, alcançando os níveis mais altos do modelo nos patamares superiores de consumo informacional. Já entre as mulheres, o incremento é mais moderado. Essa diferença visual confirma o achado estatístico da interação negativa: o efeito positivo do consumo de informação política sobre o apoio à democracia é mais intenso entre os homens, enquanto entre as mulheres os ganhos permanecem mais limitados, possivelmente em razão de barreiras estruturais de acesso e socialização política desiguais.

Figura 8: Valores preditos da interação entre gênero e consumo de informação



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (2022)

Os resultados apresentados neste capítulo reforçam que o apoio à democracia é moldado tanto por disposições atitudinais quanto por comportamentos de engajamento político, mas que esses efeitos não operam de forma igual entre os gêneros. A figura 7 demonstra que a escolaridade, o interesse por política e o consumo de informações políticas são preditores robustos de maior adesão democrática, enquanto variáveis como renda e idade não apresentam ser tão influentes. Ao considerarmos a hipótese de que as mulheres enfrentam desafios não em dimensões atitudinais subjetivas, como o interesse por política, mas sobretudo em aspectos comportamentais, como o consumo de informações, os resultados confirmam que o impacto do engajamento informacional na adesão democrática feminina é mais limitado. Esse resultado é um indicativo de que as dinâmicas comportamentais associadas ao engajamento político reforçam desigualdades preexistentes, uma vez que o acesso e o uso da informação são mediados por barreiras sociais e culturais que atingem mais fortemente as mulheres.

6. Considerações finais

Este trabalho analisou o apoio à democracia no Brasil, um fenômeno que voltou a ganhar destaque diante das recentes crises institucionais e da acentuada polarização política presente nas eleições brasileiras pós-2016. O país, que embora fosse classificado como uma democracia consolidada até meados dos anos 2000, sempre conviveu com níveis expressivos de desconfiança do eleitorado para em relação às suas instituições (Moisés; Carneiro, 2008). Com o passar dos anos, o avanço da polarização política e o crescimento do eleitorado de extrema direita revelaram não apenas uma persistente desconfiança nas instituições democráticas, mas também uma maior propensão a atitudes autoritárias.

A literatura sobre a consolidação de regimes democráticos tem se dividido historicamente entre duas grandes abordagens explicativas. A primeira, de caráter institucionalista, sustenta que a consolidação democrática depende majoritariamente do desempenho das instituições políticas estabelecidas, com ênfase na capacidade dessas instituições em processarem os conflitos políticos (Dahl, 1997; Przeworski, 2020). Já a segunda, de orientação culturalista, enfatiza a importância de atitudes e valores políticos dos cidadãos, argumentando que a estabilidade das democracias também dependeria da difusão de crenças e disposições favoráveis ao regime (Almond; Verba, 2015). É nessa intersecção que este estudo se insere, ao investigar como determinadas disposições individuais e comportamentos políticos se relacionam com a adesão ao regime democrático em um contexto de crescente contestação institucional.

Entre as diferentes dimensões do apoio ao regime democrático, destaca-se o apoio normativo, entendido como a adesão aos princípios e valores da democracia enquanto ideal político (Norris, 1999). Essa forma de apoio difere do apoio instrumental, voltado à avaliação do desempenho das instituições, por se referir à convicção de que a democracia é a melhor forma de governo, independentemente de seus resultados conjunturais. Trata-se, portanto, de uma dimensão mais estável da cultura política, associada à valores cívicos. No caso brasileiro, o apoio normativo à democracia tem se mostrado volátil e sujeito a flutuações contextuais, refletindo a fragilidade de crenças democráticas plenamente consolidadas. Assim, este trabalho buscou compreender as variações desse apoio ao longo do tempo e entre diferentes grupos sociais, como forma de avaliar a resiliência democrática e as condições de estabilidade do regime.

A literatura sobre cultura política tem destacado que o apoio à democracia depende não apenas de atitudes subjetivas, como o próprio interesse político, mas também de comportamentos concretos de engajamento político. As atitudes refletem a forma como os cidadãos internalizam princípios democráticos, enquanto os comportamentos expressam a maneira como esses princípios se traduzem em ação (Eagly; Chaiken, 1993; Lima; Souza; Modesto, 2023). É a partir dessa diferenciação conceitual que o estudo buscou analisar os determinantes do apoio à democracia de acordo com atitudes e comportamentos individuais. A inclusão do consumo de informação como variável independente comportamental permitiu avaliar em que medida os padrões de busca por informações políticas atuam como indicadores de engajamento político. É a partir dessa interface entre atitudes e comportamentos que o presente estudo estruturou sua análise empírica.

Entre as diversas variáveis que moldam tanto as atitudes quanto os comportamentos políticos, o gênero ocupa um papel central e historicamente negligenciado nos estudos sobre cultura política. A transição do *gender gap* tradicional para o contemporâneo ficou marcado pela expansão de direitos para o eleitorado feminino, que anteriormente era considerado conservador e menos participativo, e tornou-se mais participativo na arena política (Inglehart; Norris, 2000). As diferenças de gênero então não decorrem apenas de fatores individuais, mas de processos de socialização política que reproduzem papéis de gênero desiguais, delimitando oportunidades e recursos disponíveis para a participação (Biroli, 2016). Assim, investigar o apoio à democracia sob a ótica de gênero permitiu compreender como as desigualdades estruturais se refletem na formação de atitudes e comportamentos políticos.

A partir dessas considerações, este estudo partiu da hipótese de que o apoio à democracia resulta da interação entre atitudes políticas e comportamentos de engajamento, sendo o consumo de informação política um dos principais mecanismos que conectam essas dimensões. Considerou-se que indivíduos mais informados tendem a desenvolver maior compreensão e valorização dos princípios democráticos, reforçando a legitimidade do regime. No entanto, supôs-se também que o impacto do consumo de informação não é homogêneo entre os gêneros, refletindo as desigualdades estruturais que condicionam o acesso e o uso da informação política. Assim, o modelo analítico elaborado buscou testar se o consumo de informação durante as campanhas eleitorais aumenta o apoio à democracia de forma distinta entre homens e mulheres, operando com intensidades diferentes em virtude das disparidades na socialização política e nas oportunidades de engajamento.

Os resultados empíricos corroboram em grande medida as hipóteses formuladas, evidenciando que o apoio à democracia é influenciado por fatores tanto atitudinais quanto

comportamentais. O modelo de referência indicou que variáveis como escolaridade, interesse por política e consumo de informações exercem efeitos positivos e significativos sobre a probabilidade de adesão ao regime democrático, confirmando a relevância dos recursos cognitivos e informacionais na sustentação dos valores democráticos. No entanto, a introdução do termo de interação entre gênero e consumo de informação revelou que o impacto desse engajamento não é uniforme: entre os homens, o aumento no consumo informacional está fortemente associado a um maior apoio à democracia, enquanto entre as mulheres o efeito é mais limitado. Esses achados sugerem que, embora o consumo de informação política funcione como um importante canal de socialização democrática, as desigualdades estruturais de gênero restringem a conversão desse engajamento em atitudes pró-democráticas. Em síntese, os resultados indicam que o fortalecimento da cultura democrática depende não apenas da ampliação do acesso à informação, mas também da redução das barreiras sociais e simbólicas que ainda limitam o engajamento político feminino.

É importante reconhecer as limitações inerentes a estudos baseados em dados de *survey*, sobretudo quanto às possibilidades de inferência sobre significados subjetivos e contextuais. As respostas aos questionários captam percepções declaradas, mas não necessariamente revelam o conteúdo normativo que cada indivíduo associa à ideia de democracia. Assim, não é possível afirmar de forma conclusiva se o apoio manifestado pelos entrevistados reflete um compromisso com valores democráticos substantivos ou uma compreensão mais instrumental do regime. A utilização da variável de apoio à democracia neste estudo buscou, portanto, operacionalizar empiricamente as tensões políticas e institucionais que marcaram o Brasil nos últimos anos, sobretudo em meio à polarização e à erosão da confiança nas instituições. Ainda que essas limitações imponham cautela às interpretações, os resultados apresentados contribuem para o debate ao evidenciar como atitudes e comportamentos políticos se articulam na formação do apoio ao regime democrático e como as desigualdades de gênero continuam a mediar essa relação. Em suma, este trabalho reafirma que a consolidação da democracia depende tanto da ampliação do acesso à informação política quanto da superação das barreiras estruturais que limitam a participação e o engajamento das mulheres, dimensões indispensáveis para o fortalecimento de uma cultura democrática mais inclusiva e equitativa.

7. Referências bibliográficas

- ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. 2015.
- ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero: Mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. e36, 2016.
- AVELAR, Lúcia. **O Segundo Eleitorado: Tendências do Voto Feminino**. [S.l.]: Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 98–104, 2001.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 719–754, set. 2016.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2015.
- BORBA, Julian *et al.* Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 27, p. 105–137, dez. 2018.
- BORBA, Julian; GIMENES, Éder Rodrigo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. BASES SOCIAIS, ATITUDINAIS E COMPORTAMENTAIS DO APARTIDARISMO BRASILEIRO1. **Novos estudos CEBRAP**, p. 27–55, 2015.
- BOX-STEFFENSMEIER, Janet M.; DE BOEF, Suzanna; LIN, Tse-Min. The Dynamics of the Partisan Gender Gap. **American Political Science Review**, v. 98, n. 3, p. 515–528, ago. 2004.
- DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. [S.l.]: São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.
- DALTON, Russell J. **The Apartisan American: Dealignment and Changing Electoral Politics**. [S.l.]: CQ Press, 2013.
- DIEKMAN, Amanda B.; SCHNEIDER, Monica C. A Social Role Theory Perspective on Gender Gaps in Political Attitudes. **Psychology of Women Quarterly**, v. 34, n. 4, p. 486–497, dez. 2010.
- EAGLY, Alice H.; CHAIKEN, Shelly. **The psychology of attitudes**. [S.l.]: Harcourt brace Jovanovich college publishers, 1993.
- EASTON, David. **A systems analysis of political life**. [S.l.]: New York: Wiley, 1965.
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective. **International Political Science Review**, v. 21, n. 4, p. 441–463, out. 2000.

- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence**. [S.l.]: Cambridge University Press, 2005.
- LIMA, Tiago Jessé Souza de; SOUZA, Luana Elayne Cunha de; MODESTO, João Gabriel. Atitudes. In: **Psicologia social: temas e teorias**. [S.l.]: Blucher Open Access, 2023. p. 171–202.
- LIZOTTE, Mary-Kate. The Abortion Attitudes Paradox: Model Specification and Gender Differences. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 36, n. 1, p. 22–42, 2 jan. 2015.
- LIZOTTE, Mary-Kate. **Gender differences in public opinion: values and political consequences**. Philadelphia Rome Tokyo: Temple University Press, 2020.
- MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. Why Latin America’s democracies are stuck. **Journal of Democracy**, v. 34, n. 1, p. 156–170, 2023.
- MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, p. 1–42, jun. 2008.
- NORRIS, Pippa. **Critical citizens: Global support for democratic government**. [S.l.]: OUP Oxford, 1999.
- O’DONELL, Guillermo A. Delegative democracy. **Journal of democracy**, v. 5, n. 1, p. 55–69, 1994.
- PAIVA, Denise; SOUZA, Marta Rovey; LOPES, Gustavo de Faria. As percepções sobre democracia, cidadania e direitos. **Opinião Pública**, v. 10, p. 368–376, out. 2004.
- PEIXOTO, Vitor de Moraes; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). **Estudos Avançados**, v. 36, p. 93–116, 2022.
- PRZEWORSKI, Adam. **Why bother with elections?** [S.l.]: John Wiley & Sons, 2018.
- PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. [S.l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.
- RIBEIRO, Eliane; BORBA, Felipe; PERES, João Pedro da Silva. Confianza en las instituciones y la democracia. : Los casos de los jóvenes españoles y latinoamericanos. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 37, n. 54, 25 mar. 2024.
- WALKER, Lee Demetrius; KEHOE, Genevieve. Regime Transition and Attitude toward Regime: The Latin American Gender Gap in Support for Democracy. **Comparative Politics**, v. 45, n. 2, p. 187–205, 2013.

8. APÊNDICE

Tabela 1: Modelo de regressão logística - Modelo 1

Apoio ao regime			
<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercept)	0.28	0.15 – 0.54	<0.001
Feminino	0.61	0.49 – 0.76	<0.001
Escolaridade faixas	1.87	1.59 – 2.21	<0.001
Renda familiar	1.00	1.00 – 1.00	0.324
Idade	1.00	1.00 – 1.01	0.370
Interessado por política	1.84	1.42 – 2.38	<0.001
índice pontos	1.24	1.12 – 1.38	<0.001
Observations	1788		
R ² Tjur	0.106		

Fonte: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) - 2022

Tabela 2: Modelo de regressão logística - Modelo 2

Apoio ao regime			
<i>Predictors</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercept)	0.21	0.11 – 0.42	<0.001
Feminino	1.04	0.71 – 1.51	0.854
Escolaridade faixas	1.87	1.59 – 2.21	<0.001
Renda familiar	1.00	1.00 – 1.00	0.339
Idade	1.00	1.00 – 1.01	0.439
Interessado por política	1.84	1.42 – 2.38	<0.001
índice pontos	1.53	1.30 – 1.81	<0.001
Feminino × índice pontos	0.70	0.57 – 0.86	0.001
Observations	1788		
R ² Tjur	0.111		

Fonte: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) - 2022